



## UNICAMP

1 Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e três, às quinze horas e  
2 trinta minutos, nas dependências do Instituto de Artes da Universidade Estadual de  
3 Campinas, reuniram-se para realizar a **64ª Reunião Extraordinária** da Congregação  
4 do Instituto de Artes, sob a presidência da Profa. Dra. **Helena Jank** a qual justifica  
5 a ausência dos Professores: **Mauricy Matos Matin** (que está em aula), **Paulo Bastos**  
6 **Martins e Julia Ziviane Vitiello** (problemas de saúde). Presentes os professores: **Eusébio**  
7 **Lobo da Silva** (Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação/IA), **Marília Vieira Soares**  
8 (Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação/IA), **João Francisco Duarte**  
9 **Júnior** (Chefe do Departamento de Artes Plásticas), **Fernando Cury de Tacca** (Chefe do  
10 Departamento de Multimeios), **Roberto Berton de Ângelo** (Chefe do Departamento de  
11 Artes Corporais), **Rubens José Souza Brito** (Chefe do Departamento de Artes Cênicas),  
12 **Helóisa Cardoso V. Carvalho** (Representante Titular MS-1 – DAC), **Celso Luiz D'Angelo**  
13 (Representante Titular MS-2 – DAP), **Carlos Fernando Fiorini** (Representante Suplente MS-2  
14 – DM), **José Roberto Zan** (Representante Titular MS-3 – DM), **Holly Elizabeth Cavrell**  
15 (Representante Titular MS-4 – DACO); **Eduardo Anderson Duffles Andrade** (Representante  
16 Suplente MS-4 – DM); Servidores Técnico-Administrativos: **Vivien Helena de Souza Ruiz**,  
17 **Celso Augusto Palermo**, e **Ignácio Gongora Neto**; Discentes: **Renata Fernandes Santos**,  
18 **Carlos Eduardo Canhameiro**, **Gustavo Oliveira A. Assis**, e **Gabriel Sampaio S. L. Rezende**.  
19 A **Sra. Presidente** dá início à reunião com o único assunto que já é do conhecimento de  
20 todos e que é encaminhado agora formalmente. Na última Reunião Ordinária da  
21 Congregação, foi aprovada a Portaria que diz respeito a eleição do próximo diretor do  
22 Instituto de Artes e após muitas discussões pertinentes, houve uma proposta de que a  
23 consulta a comunidade fosse feita paritariamente. Esta proposta foi levada a votação e  
24 obteve a maioria dos votos. Entretanto, no momento de redigir a portaria para  
25 publicação, ficou claro que nós estamos, com esta decisão, ilegais com relação ao  
26 Regimento Geral e Estatutos da Universidade. O artigo 143 do nosso Regimento Geral, que  
27 diz respeito a Congregação das unidades diz o seguinte: à Congregação, órgão superior  
28 do Instituto ou Faculdade, compete: Legislação e Normas: a) compor e encaminhar a  
29 lista tríplice para escolha do diretor de acordo com os critérios e procedimentos  
30 estabelecidos no Regimento da Unidade. Isso poderia nos levar a pensar que podemos  
31 sim fazer a consulta paritariamente. Entretanto, este artigo continua da seguinte forma:  
32 estes critérios e procedimentos contemplarão, **necessariamente**, o valor e o resultado de  
33 consulta a comunidade, realizada mediante o voto ponderado do corpo docente, do  
34 corpo discente e do corpo de servidores técnico-administrativos, fixado o peso de 3/5  
35 para a categoria docente, 1/5 pro voto da categoria discente e 1/5 pro voto do servidor  
36 técnico-administrativo. Por voto de uma categoria entende-se a relação do número de  
37 votos recebidos por cada professor votado que seja elegível e o número total de eleitores  
38 qualificados para votar naquela respectiva categoria. E depois vêm as outras atribuições  
39 da nossa Congregação. Considerado que nós estamos numa posição que é contrária ao  
40 nosso Regimento Geral, decidi chamar esta reunião extraordinária para rever a nossa  
41 posição. Eu gostaria de deixar claro que o meu entendimento é que não estou  
42 chamando novamente uma discussão sobre se a Congregação quer ou não quer a  
43 paridade. Esta discussão foi feita e eu acho que foi bastante clara, ao menos neste  
44 momento. O que eu gostaria que se focalizasse nesta Congregação de hoje é apenas a

45 Portaria que chama para a eleição do novo diretor. Ou seja, se nós queremos fazer esta  
46 eleição numa condição que é contrária ao nosso Regimento Geral ou se temos  
47 condições de rever esta posição estrategicamente. Eu acho que nós estamos discutindo  
48 em dois níveis. O primeiro é uma questão de conteúdo. É uma luta que vem sendo  
49 travada já há bastante tempo e considero que este foi um momento em que houve um  
50 avanço, uma conquista para aqueles que estão lutando pela paridade na universidade,  
51 mas considero também que, estrategicamente, o momento não é bom, pra confrontar  
52 assim tão de repente e tão claramente o nosso Regimento Geral. Isto coloca a nossa  
53 unidade numa situação frágil e junto com a unidade também o próximo diretor. Quero  
54 deixar claro que isso é a minha opinião pessoal, e que estou colocando o assunto para  
55 reflexão. Dito isto eu abro à discussão. Há no plenário alguns pedidos de esclarecimento,  
56 aos quais a Sra. Presidente responde: O que a Congregação deve decidir é se mantém a  
57 proposta de consulta paritária para a eleição do próximo diretor. Eu consultei  
58 formalmente a Procuradoria Geral e esperava ter um documento a respeito, mas ainda  
59 não tive retorno. Mas eu estive pessoalmente lá, para uma longa conversa e a  
60 Procuradoria Geral não nos diz o que pode acontecer. Nós temos que encaminhar uma  
61 lista tríplice com o resultado da consulta a nossa comunidade, esta lista vai para o reitor  
62 que nomeia, desta lista, o novo diretor. Podem acontecer três coisas: uma delas é o reitor  
63 considerar ilegal a nossa consulta à comunidade, achar que ela não vale e  
64 eventualmente anula-la. Ou então, nomear quem ele achar por bem. A outra  
65 possibilidade é o reitor acatar a nossa lista tríplice com ganho político pra ele,  
66 eventualmente, e não sei se pra nós. E outra coisa é não acatar o resultado da nossa  
67 consulta e escolher algum outro nome da nossa lista tríplice, baseado no fato de que a  
68 consulta foi feita de uma maneira não regimental. Estas são as três possibilidades, mas  
69 não há nada claro sobre o que aconteceria realmente. O Reitor pode indicar um nome  
70 que não conste da nossa lista tríplice, assim como o governador pode fazê-lo com  
71 relação ao reitor, mas ele estaria fazendo uma intervenção, o que é extremamente  
72 grave. Eu não acredito que ele faria algo assim. Mas pode fazer se quiser. Estão abertas as  
73 inscrições. **Celso Palermo:** Eu gostaria de solicitar a palavra ao companheiro Beto, que  
74 representa a assembléia de funcionários que foi realizada hoje, Nós temos uma posição  
75 dos funcionários do Instituto de Artes com relação a este assunto. **Beto:** Os funcionários do  
76 Instituto de Artes estiveram reunidos hoje de manhã discutindo esta questão. Tivemos um  
77 documento que estamos trazendo aqui e eu vou ler: "No dia 03 de abril, a Congregação  
78 do Instituto de Artes, numa votação inédita e expressiva, aprovou por 12 votos favoráveis,  
79 02 contrários e 02 abstenções, a paridade na consulta para diretor. Realizar a consulta pra  
80 a direção do IA paritariamente significa assumir para nós a responsabilidade histórica de  
81 iniciar as mudanças que a universidade precisa, mas que insiste em resistir com a  
82 alegação de cumprir a legislação vigente. O Instituto de Artes, por sua própria  
83 constituição e natureza, que lhe proporciona a observação ininterrupta e o olhar crítico  
84 sobre a realidade, precisa assumir o papel de avançar na democracia da universidade.  
85 Não nos cabe enxergar apenas a partir do que nos é conveniente ou do que nos  
86 incomoda menos. Temos que mostrar à Unicamp que a universidade é constituída de três  
87 segmentos e que isso deve ser respeitado e valorizado. Estar a frente desta discussão  
88 deve ser um princípio e motivo de orgulho para a comunidade do IA. Questionar a  
89 legalidade não é um caminho fácil. Nunca foi. Temos muitos exemplos na nossa história.  
90 As grandes mudanças foram conquistadas para além da legalidade. Cabe a  
91 Congregação do IA fazer a opção por trilhar o caminho da legalidade discriminatória e  
92 injusta ou a defesa da democracia. Este último é o caminho que julgamos correto e que

93 propomos trilhar. Para isso conclamamos a toda a comunidade do IA, não só os membros  
94 da Congregação, mas o conjunto de seus professores, funcionários e alunos a nos  
95 organizarmos em defesa de nossa autonomia e direitos. A realidade nos deu a  
96 oportunidade de darmos este importante passo na nossa história. Nós, funcionários do IA,  
97 estamos dispostos a travar esta batalha na construção de uma universidade que, além de  
98 estar a serviço da sociedade através do ensino público, gratuito e de qualidade, seja  
99 democrática, justa e respeitosa com todos os seus membros. **Carlos Canhameiro:** Eu trago  
100 a posição dos alunos de Artes Cênicas que foi o único universo que eu consegui abranger  
101 em tão pouco tempo. Eu conversei com cada representante de turma e pedi que cada  
102 turma discutisse o assunto e tirasse posição a respeito da manutenção da decisão da  
103 Congregação passada ou voltar atrás e as quatro turmas são a favor de manter a  
104 deliberação da congregação passada. Não significa manter um espírito da ilegalidade  
105 ou ir contra um pragmatismo da universidade, mas de entender que esta é uma posição  
106 dos alunos de artes cênicas. Não pude falar com todos os alunos do IA, mas a nossa  
107 postura não é de comprar uma briga, mas sim, defender um direito. Portanto, todos os  
108 alunos de artes cênicas votam e apóiam a questão da paridade, e se manifestarão a  
109 favor, como foi dito aqui agora, e estarão se mobilizando se for necessário, para que seja  
110 mantida esta posição do Instituto de Artes. Não acho que seja uma postura de revolta,  
111 mas sim de um novo caminho de direitos melhores dentro da universidade. **Gabriel**  
112 **Rezende:** Quero passar a palavra pro Zé Luis que tem a posição do CAIA. **Zé Luis:** Nossa  
113 posição não foi tirada em assembléia, mas em reuniões que a coordenação do CAIA tem  
114 feito a respeito desta questão. A coordenação do CAIA, consultando alguns alunos, não  
115 a totalidade, é a favor de que se mantenha a paridade pra esta consulta, por acreditar  
116 que democracia é um exercício e que é a hora pra tal medida, manifestada claramente  
117 pela Congregação. A gente não pode voltar atrás neste ponto porque é algo que há  
118 muito tempo vem se querendo dentro da universidade. Prof. **Eduardo Duffles:** Eu entendo  
119 que este anseio que satisfaz a tantos estudantes e tantos funcionários principalmente, e  
120 talvez até a alguns professores que conseguem ter uma outra visão da totalidade do  
121 nosso trabalho. Esta proposição foi apresentada e votada, corresponde a este anseio. Só  
122 que não é um mero detalhe estar ferindo a constituição da universidade, não é um  
123 detalhe como foi apontado aqui. Eu acho que se nós queremos fazer uma transformação  
124 da magnitude do estatuto da universidade, existe um fórum próprio pra que isso seja  
125 apresentado. Eu inclusive, também acho que, a manutenção desta situação irregular na  
126 próxima consulta à comunidade prejudica eventuais candidatos a este trabalho e a  
127 próxima gestão, mesmo porque se diz que se ganhou um jogo, mas com a regra  
128 mudada. Eu acho que, as vésperas de uma eleição, nós mudamos uma regra pra  
129 favorecer eventuais possíveis candidatos. Eu acho que já por este aspecto existe uma  
130 questão da suspeição. Eu não estive na reunião passada, sou suplente. Estou aqui porque  
131 os titulares não estão, mas se estivesse aqui na reunião passada, eu tentaria saber se o  
132 estatuto privilegia esta posição, permite esta questão. Se não permite, apesar de ser um  
133 anseio, e eu acho que seve se lutar por esta transformação da sociedade e que tenham  
134 iguais pesos às partes envolvidas, eu acho que o momento presente é bastante  
135 desfavorável pra se empunhar esta bandeira. Eu sou, pessoalmente, favorável a  
136 alteração desta proposição da Congregação porque eu acho que vai colocar a eleição  
137 numa suspeição de irregularidade. É somente isso. Muito obrigado. **Carlos Canhameiro:** Eu  
138 tenho medo de algum tipo de idéia pré-concebida de que tanto alunos quanto  
139 funcionários estão tentando mudar uma coisa pra favorecer um talvez candidato. Isso pra  
140 mim é preocupante. A idéia é muito maior do que esta. A questão de que existem órgãos

141 que podem fazer uma mudança me parece sempre uma fuga da nossa  
142 responsabilidade. Se vamos mudar, eu me pergunto como, quando e onde. Aqui, agora,  
143 nós temos a oportunidade de manter o voto paritário. O como, o quando, é agora e, o  
144 onde, é no Instituto de Artes. Eu estou um pouco cansado deste esteriótipo de que nós  
145 somos jovens e revolucionários, parece que a gente é sempre tratado pelo mesmo  
146 estigma, pela mesma carapuça. Outra é que as mudanças devem ser feitas nos seus  
147 níveis competentes. Eu acho que todo nível é competente quando se vive num país  
148 democrático. Esta palavra já está gasta mas tem o seu valor. Eu fico preocupado com  
149 esta questão: primeiro de achar que alunos e funcionários estão numa espécie de  
150 conchavo pra eleger alguém e por isso querem mudar a regra no meio do jogo. Na  
151 verdade não é isso. Na congregação passada nós tínhamos a compreensão de que era  
152 possível fazer a eleição paritária sem infringir as regras. Parem com este estigma de que  
153 todo aluno é revolucionarinho. Parem com esta idéia de que todo jovem não sabe  
154 pensar. Me cansa bastante isso. **Sra. Presidente:** Eu gostaria de chamar a atenção para  
155 algumas coisas. Em primeiro lugar não houve, na congregação passada, a informação  
156 de que isso era possível. Houve talvez uma falha em não dizer claramente que isso não é  
157 possível. Houve uma informação incorreta sim, vinda por parte dos alunos de que no IFCH  
158 faz-se eleições paritárias. A informação que nós temos, correta, é de que sim, foi feita  
159 consulta paritária, mas o IFCH já voltou atrás na última eleição. O que eu quero colocar  
160 também é que eu também não acho que nós temos que nos congelar nas leis e as leis  
161 que mandam não. Nós temos que mudar as leis, nós podemos mudar a nossa  
162 constituição, nós podemos mudar o nosso Regimento Geral. Mas este trabalho é um  
163 trabalho que tem que ser feito sim, de baixo pra cima, das bases até chegar lá, mas acho  
164 que nós estamos apenas no meio do caminho. Acho sim que temos que respeitar a nossa  
165 constituição. E foi na nossa última Congregação também que alguém, não me lembro  
166 quem, para defender uma idéia com a qual não concordava, veio com a Constituição  
167 nas mãos pra argumentar. Eu acho que não podemos mudar de idéia assim, de uma hora  
168 pra outra. Ou nós obedecemos a Constituição ou não obedecemos. Eu acho que é  
169 importante refletir sobre isso. **Celso Palermo:** A paridade não é um assunto novo da  
170 universidade. Ela existe desde 1978, através de movimento docente, inclusive, que queria  
171 eleger o seu reitor através de uma consulta paritária, e aí desencadeou um processo  
172 autoritário, pelo Maluf, que entrevistou na universidade, demitiu oito diretores de institutos e  
173 faculdades e nomeou interventores. A comunidade universitária expulsou o interventor da  
174 matemática da universidade. Minha posição pessoal: nós não temos Maluf, não temos  
175 ditadura, estamos num momento em que o país optou por um novo sistema de governo,  
176 nós temos um presidente que é fruto de lutas democráticas, lutas sindicais. Estamos num  
177 outro momento histórico e eu acho que é a hora sim da universidade acompanhar as  
178 transformações desta sociedade. Eu não vejo porque a gente tem que se ater a uma  
179 legislação que monta a ditadura, ela sofreu uma reforma, o estatuto e o regimento da  
180 universidade há pouco tempo, mas as questões antigas ditatoriais malufistas continuam  
181 aí. Os 3/5, 1/5 e 1/5 é fruto da intervenção do Maluf e parece que a gente, enquanto  
182 comunidade, perdeu os sonhos de democracia com esta intervenção. Cadê os nossos  
183 sonhos? Como nós, artistas, vamos perder os nossos sonhos democráticos de uma  
184 sociedade mais justa? Eu não estou querendo enfrentar, mas o reitor que tome a posição  
185 que achar melhor. Eu não vou evitar exercer o meu direito, porque eu tenho o direito de  
186 sonhar com um instituto mais democrático. É meu direito, apesar da legislação trancar,  
187 algemar as minhas mãos. Eu tenho o direito de sonhar. Agora, eu vou cercear aqui, na  
188 minha cama o meu direito de sonhar porque alguém lá em cima não quer que a gente

189 faça estardalhaço. Vamos falar claro, depois na nossa congregação passada choveu  
190 pressão de todos os lados, e isso é claro pra todo mundo aqui. Eu quero continuar  
191 sonhando e brigando por isso. Eu acho que esta Congregação vai sofrer ainda mais se  
192 ela voltar atrás na sua decisão, porque eu estou no IA há 20 anos, vou completar 30 anos  
193 de Unicamp e este instituto sempre foi tratado como marginal, como o lugar em que  
194 você pode lançar mão dos seus músicos pra inaugurar alguma coisa. Está na hora da  
195 gente ser respeitado e este é o momento. Eu quero continuar sonhando, e se alguém  
196 quiser cercear este meu direito, que não seja o Instituto de Artes, que sejam outras  
197 instâncias. Nós trabalhamos com sonhos, eles não. Vamos manter a nossa postura. **Vivien**  
198 **Ruiz:** Eu quero refletir exatamente sobre o que a Profa. Helena trouxe pra Congregação. A  
199 gente não está, de novo, discutindo a paridade. A carta que o Beto leu trouxe  
200 exatamente esta discussão. A gente quer aqui discutir que legalidade é esta. A gente tem  
201 muitas leis no Brasil que tem que ser questionadas, que devem ser questionadas, que  
202 precisam ser abolidas. A gente aqui na universidade, as entidades de professores,  
203 funcionários e alunos, há algum tempo já luta pela instalação do Congresso Estatuinte,  
204 que é exatamente botar professor, estudante e funcionário no mesmo espaço discutindo  
205 os estatutos, o regimento, pra gente poder avançar nesta questão legal. Mas isso não é  
206 levado em conta. Isso foi, se eu não me engano, assumido em programa pelo Hermano  
207 na última gestão, mas não foi feito. Então a gente não tem outra escolha a não ser fazer  
208 opção; e a opção é pelo caminho da legalidade discriminatória e injusta, como a gente  
209 trouxe no nosso texto, ou pelo caminho da busca da democracia, da luta pela  
210 democracia. Isso nos coloca numa situação frágil? Pode ser. Mas a gente tem, as vezes,  
211 que pagar por nossas conquistas. Esta possível posição de fragilidade vai ter que ser  
212 sustentada por nós. Nós temos que ter condições de, quando o reitor olhar a nossa lista  
213 tríplice paritária, dizer que é melhor respeitar. Isso reflete o que o IA quer e eu não estou a  
214 fim de brigar com o IA inteiro. É isso que a gente tem que construir entre a gente e não  
215 dizer que, já que está ilegal, eu vou voltar atrás. As leis são muito complicadas. Até muito  
216 pouco tempo atrás o Código Civil permitia homicídio em legítima defesa da honra, e  
217 muitas mulheres no Brasil morreram, nas mãos de seus maridos, em legítima defesa da  
218 honra, e a lei defendeu estes caras. Esta coisa de legalidade é muito complicada. Existe,  
219 deve ser respeitada, mas chega um momento que ela fere direitos e neste momento,  
220 quando feriu o teu direito cabe a você fazer a opção de lutar pelo seu direito ou se  
221 submeter às regras. Um companheiro na assembléia de funcionários lembrou que um  
222 candidato a reitor, nesta última consulta, disse que não queria ser o representante do  
223 governador na Unicamp e sim representar a unicamp no Estado de São Paulo. Eu diria a  
224 mesma coisa pro próximo diretor, isso deve ser um princípio pra ele. Ele não é um  
225 representante do reitor dentro do IA, mas um representante do IA junto a Reitoria, ao  
226 CONSU, a cidade de Campinas. E se ele for eleito paritariamente ele tem muito mais  
227 legitimidade, ele está representando toda a comunidade, e não está representando mais  
228 os professores e um pouco os funcionários e alunos. Então esta questão da fragilidade  
229 também é bastante discutível. A gente pode ter uma ou outra leitura a partir do ponto de  
230 vista que a gente acha correto ou não. Prof. **José Roberto Zan:** Eu queria, inicialmente,  
231 diferenciar duas coisas aqui, que eu acho que a gente tem que trabalhar com esta  
232 preocupação. Uma é o princípio e outra a estratégia. Com relação ao princípio esta  
233 Congregação já deu um sinal claro na última reunião de que ela é favorável à paridade.  
234 Acho que ninguém aqui defenderia, ou encaminharia, ou faria um discurso contrário a  
235 este princípio. Eu passei por uma universidade federal antes de chegar à Unicamp, e  
236 quando eu estava saindo de lá, eu fazia parte da diretoria da Associação de Docentes.

237 Naquele momento a universidade estava mobilizada em torno de um Congresso  
238 Estatuinte que elaborou os estatutos desta universidade. E a Universidade Federal de  
239 Uberlândia. Foi aprovado, naquela época, o voto paritário na escolha de reitores. Aqui,  
240 quando eu estava na ADUNICAMP, em 98, na reitoria do Prof. Hermano Tavares, a reitoria  
241 realizou uma reforma nos estatutos. Foi uma reforma meia sola, como se diz, com a  
242 finalidade bem pontual: adequar os estatutos da universidade à nova LDB. As entidades  
243 se mobilizaram naquele momento, a ADUNICAMP, o STU, o DCE e a APG e a proposta que  
244 as entidades aprovaram era de realizar um Congresso Estatuinte, de forma paritária para  
245 elaborar os novos estatutos da universidade. Esta proposta foi barrada no Conselho  
246 Universitário e as entidades não tiveram fôlego pra manter e reforçar a mobilização pra  
247 realizar este congresso mesmo a revelia do Conselho Universitário. O Conselho aprovou a  
248 reforma bem pontual, alterou alguns itens do estatuto da universidade, aumentou a  
249 participação dos docentes para 70% em todas as instâncias deliberativas da  
250 universidade, que é uma determinação da LDB e estabeleceu o limite mínimo de 8  
251 horas/aula pra cada docente e uma série de outras adequações à LDB. A posição que  
252 nós defendemos naquela época é que aquela postura estava fragilizando a autonomia  
253 universitária. Entendemos como autonomia universitária aquela autonomia que tem como  
254 limite a constituição e não uma lei infra-constitucional. A LDB é uma lei infra-constitucional,  
255 portanto adequar os estatutos da Unicamp a LDB significa restringir a autonomia da  
256 universidade. Autonomia universitária é um princípio - agora eu estou entrando no  
257 segundo ponto, na estratégia - pra nós a institucionalidade é uma estratégia pra defesa  
258 do princípio da autonomia universitária. Eu não faço apologia da legalidade. A  
259 sociedade se transforma no momento em que partes importantes da sociedade se  
260 mobilizam e consegue modificar suas leis. Não há aqui nenhuma apologia a legalidade;  
261 mas com relação a esta questão, pra nós a legalidade, a defesa da Constituição é  
262 fundamental pra preservar o princípio da autonomia universitária, que estabelece como  
263 limite única e exclusivamente a Constituição. Quando a Constituição de 88 foi  
264 promulgada, setores conservadores da sociedade brasileira colocaram o argumento de  
265 que aquela Constituição engessaria a sociedade brasileira, e a partir daí teve um amplo  
266 trabalho, que ainda continua a ser realizado, de reforma da Constituição. O governo  
267 atual, do sindicalista, está promovendo a reforma da Constituição em defesa dos  
268 interesses dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Para a universidade  
269 pública, a autonomia prevista na Constituição de 88 é fundamental e ela respalda, dá  
270 apoio legal ao princípio da autonomia universitária que é pré-condição para que a  
271 universidade continue existindo. Autonomia em relação a igreja, ao estado e ao sistema  
272 econômico. Este princípio é reproduzido dentro da universidade também. As unidades são  
273 autônomas em relação a Administração Central da universidade, porém esta autonomia  
274 tem limites, da mesma forma que a autonomia da universidade tem limite que é a  
275 constituição. Aqui dentro, o limite da autonomia da unidade é o Regimento Geral, o  
276 princípio é o mesmo. Quebrar a institucionalidade, neste aspecto, eu acho que é  
277 negativo pra nós, no sentido de fragilizar o princípio da autonomia. Não estou  
278 preocupado com candidatura. Todo mundo sabe que eu sou candidato, eu e o João  
279 Francisco. Não é esta a preocupação, se vai favorecer ou atrapalhar, se vai fragilizar a  
280 candidatura, não é esta a questão. A questão é, quebrar, neste momento a  
281 institucionalidade na universidade fragiliza o princípio da autonomia. A autonomia da  
282 unidade vai até o limite estabelecido pelo Regimento Geral. Estrategicamente não é  
283 positivo, pra nós, quebrar a institucionalidade da universidade. Por esta razão eu defendo  
284 aqui uma proposta que pode ser antipática, mas que é compatível com o que eu tenho

285 defendido, inclusive no meu trabalho sindical, que é a defesa da institucionalidade. Neste  
286 aspecto, pra preservar o princípio. Agora, esta Congregação aprovou, e isso não está em  
287 questão, o apoio, a posição favorável desta Congregação, que reflete a unidade, com  
288 relação a consulta paritária. É mais democrática e ela viabiliza, permite um envolvimento  
289 maior dos três segmentos com a vida acadêmica. Isso não deve ser revisto. Eu estou  
290 defendendo a mobilização que deverá crescer daqui pra frente, para que se reabra na  
291 universidade uma reforma estatutária e pra que se realize, de fato, uma reforma  
292 estatutária, porque em 98 não houve reforma, houve simplesmente a adequação dos  
293 estatutos a LDB que fragilizou a autonomia já naquela época. A minha proposta é que o  
294 item 12 da portaria que foi aprovada na Congregação anterior seja revisto, que seja  
295 adequado ao Regimento Geral da Universidade, pra que não haja quebra da  
296 institucionalidade. Eu estou defendendo a institucionalidade neste momento, como  
297 estratégia, não como princípio. Como princípio eu defendo a paridade, mas que a  
298 paridade seja conquistada através da mobilização de todos os três segmentos, no âmbito  
299 da universidade pra reabrir a reforma estatutária. Aí sim todas as unidades incorporarão  
300 aos seus estatutos a paridade na consulta. Não adianta a Congregação do IA aprovar  
301 agora. O Reitor simplesmente pode pegar o conjunto de votos de cada segmento e fazer  
302 a ponderação prevista no Regimento Geral. Ele vai estar cumprindo a função dele.  
303 Qualquer reitor faria isto, é função do reitor fazer com que o Regimento da universidade  
304 seja cumprido, e isso não vai se configurar em intervenção do reitor na unidade, ele  
305 simplesmente estará cumprindo o regimento e se não cumprir o governador vem em  
306 cima dele. Porque autonomia não se confunde com soberania. Porque que o limite da  
307 autonomia é a Constituição e o limite da autonomia de uma unidade é o Regimento  
308 Geral, porque se uma unidade ou uma universidade tiver liberdade pra legislar sem limites,  
309 ela deixa de ser ente autônomo e se transforma em ente soberano, o que significa isso, se  
310 transforma em Estado. Ela poderia criar uma Constituição própria e organizar forças  
311 armadas, e aí o limite do campus passaria a ser fronteira de um novo país. É isso.  
312 Autonomia não se confunde com soberania. O limite é o ordenamento jurídico superior  
313 do país em que este ente se situa. Dentro da universidade vale o mesmo princípio. As  
314 unidades são autônomas, não são soberanas, caso contrário qualquer reunião da  
315 Congregação poderia aprovar qualquer coisa e aquilo vira direito. Eu não sou contrário a  
316 isso desde que tenhamos mobilização para garantir. A Comuna de Paris foi isso. Só que  
317 não houve condições históricas pra manter a autonomia ou a soberania do novo Estado  
318 em construção, inclusive porque havia um debate interno na Comuna de Paris se ela  
319 deveria de fato se constituir em Estado, na concepção moderna, ou permanecer na sua  
320 concepção de Comuna. Aí os Estados se mobilizaram e massacraram a Comuna. Mas eu  
321 não sou contrário a este tipo de coisa. Acho que, estrategicamente, neste momento pra  
322 nós é ruim, porque nós temos um princípio maior pra defender, que é a autonomia  
323 universitária em todos os níveis. Isso é essencial pra sobrevivência da universidade pública,  
324 ela está sob ameaça, inclusive, mais do que nunca, neste governo. Este governo não  
325 reconhece a universidade. A prática populista deste governo, é mais ameaçadora ainda  
326 para a universidade, do que os governos anteriores, e isso é o mais assustador. Vocês  
327 viram o pito que o Ministro da Educação recebeu ontem do Presidente quando foi  
328 reivindicar verbas e ele disse que quem tem pressa come cru. Minha proposta é rever o  
329 item 12 da portaria. **Vivien Ruiz:** Infelizmente eu vou ter que polemizar com o meu  
330 companheiro de luta sindical. Tem lógica o que quem está defendendo a legalidade diz,  
331 a gente não tira esta lógica. Mas nós queremos fazer a discussão além desta lógica.  
332 Quando você diz, não é o momento estratégico, nunca vai ser o momento estratégico

333 pra tirar o poder da mão de quem o detém. O poder é seguro por quem o detém com  
334 todas as forças. Não vai chegar o momento em que vão nos dizer, agora é adequado,  
335 vamos fazer a discussão. Este momento não existe a não ser que seja construído por nós. E  
336 se a gente precisa de mobilização pra conseguir chegar até as mudanças estatutárias, o  
337 que é óbvio, também precisamos de mobilização pra garantir que a nossa vontade seja  
338 respeitada. E aí eu quero discutir a questão da autonomia. A autonomia da  
339 Congregação pode não estar em jogo por conta de que ela não pode ferir a legislação  
340 superior, mas a respeitabilidade de Congregação, eu diria que está em jogo. A gente  
341 votou um princípio. Eu duvido muito que os membros da Congregação que estavam  
342 presentes na última reunião não soubessem que nós estávamos contrários a legislação.  
343 Todo mundo já votou pra diretor, pra reitor, todos os professores sabiam e sempre  
344 souberam que seus votos valem mais que os nossos; todos os funcionários e alunos sempre  
345 foram revoltados com isso – desculpe o Carlos que não gosta de ser visto como revoltado,  
346 mas eu me revolto com isso, e nem sou tão jovem assim. Todo mundo que votou, foram 12  
347 pessoas que sabiam que isso era contra a legislação vigente, e que disse não, eu quero  
348 mudar, agora eu quero fazer com que o respeito seja igual, quero fazer, como disse o  
349 Paulo Justi na sua defesa na reunião passada, quero fazer com que todo mundo seja  
350 cidadão, ninguém é cidadão de segunda classe, todo mundo é cidadão  
351 igualmente e o voto vai valer igual pros três segmentos. É esta a discussão que eu  
352 queria trazer pra cá. Segundo o apelo do Zan de novo, vamos nos mobilizar pra conseguir  
353 mudanças no estatuto. Eu, se fosse reitor, diria o seguinte: a Congregação votou a  
354 paridade, eu reclamei e eles voltaram atrás, agora vem pedir pra mudar estatuto? Não  
355 deu conta nem de segurar sua própria deliberação! Não vou dar bola pra este povo não,  
356 deixa o cão latir que a caravana vai passar. Eu acho que é muito complicado. Por isso eu  
357 não vim aqui em nenhum momento discutir a legalidade. Não é a legalidade, é princípio.  
358 A gente quer fazer com que algo que nos é caro, tente valer ou a gente não quer nem  
359 tentar, porque isso incomoda o poder vigente? É esta a discussão. Estou chamando a  
360 Congregação a votar nisso. O que nos é mais caro: seguir a legislação ou fazer valer a  
361 nossa vontade que foi expressa na Congregação passada. Só como última informação,  
362 eu também fui buscar informação no IFCH, eu estranhei quando Profa. Helena disse que  
363 eles voltaram atrás na última consulta, porque a informação que me foi passada foi que  
364 eles fazem sim eleição paritária, só que, como no final o resultado nunca difere no  
365 paritário e no ponderado eles encaminham oficialmente a listagem como se a consulta  
366 tivesse sido ponderada, por isso que dá a impressão formal e oficial de que a eleição não  
367 foi paritária, mas eles têm já, há duas eleições, uma deliberação da Congregação, que  
368 sabia de antemão que isso era ilegal, mas que disse, não, por princípio aqui no IFCH  
369 somos nós que estabelecemos e vai ser paritário daqui pra adiante. **Sra. Presidente:**  
370 Gostaria de colocar algumas coisas. Em primeiro lugar, uma correção a fala da Vivien.  
371 Este assunto não está de volta aqui na Congregação porque o reitor reclamou, eu acho  
372 que isso é uma fala que distorce a questão. Está de volta porque eu, na qualidade de  
373 diretor do Instituto de Artes e portanto também com a tarefa de fazer cumprir a  
374 institucionalidade me sinto na obrigação de fazer isso. Eu não acho que vale a pena  
375 agora discutir como é o IFCH, eu acho que a gente não deve discutir a paridade, isso já  
376 foi suficientemente claro. Na fala do Gabriel eu encerro as inscrições porque acredito que  
377 já estamos suficientemente esclarecidos. **Gabriel Rezende:** Passo a palavra para o **Valério:**  
378 Durante a greve de 2000 houve uma grande mobilização aqui no IA, eu fiz parte desta  
379 mobilização e nós tivemos uma preocupação muito grande nesta época em ler  
380 regimento, estatuto, etc. Nós sabíamos deste problema desde aquela época. No

381 Regimento da Unicamp tinham coisas tão absurdas que na época a gente ficou até com  
382 medo que o Hermano usasse contra o movimento como forma de repressão. São coisas  
383 que eu nunca vi serem utilizadas aqui dentro porque beiravam o “non sense”. Por  
384 exemplo, no estatuto diz que aglomerações estudantis, com mais de número x de  
385 pessoas, tinham que ser reprimidas, eram proibidas. A utilização de botons com insígnias  
386 de partidos é proibida. Eu não sei, o Zan já falou como foi a reforma do estatuto, cumpriu  
387 um papel muito específico, mas de um modo geral este estatuto, no mínimo, tem que ser  
388 questionado. Se estivesse sendo julgado aqui o jubramento ou o encaminhamento de um  
389 jubramento de um aluno que estava usando um botom de partido a gente ia levantar a  
390 bandeira da institucionalidade? Eu acho que se a lei é boa e é pra ser cumprida ela tem  
391 que ser aplicada de uma maneira ampla, pra valer mesmo. Isso seria defender a  
392 institucionalidade e defender a autonomia universitária nos termos que o Zan falou. Só  
393 que existem coisas injustas e absurdas nestes estatutos, coisas que nós nem imaginávamos  
394 que pudessem estar num regimento de uma universidade como a Unicamp, que são  
395 resquícios da época da ditadura militar e que permanecem e só vão mudar com o  
396 Congresso Estatuinte, quando a gente se reunir, e eu acho que a melhor maneira de fazer  
397 isso é através de um precedente, um precedente político, que demonstra que a vocação  
398 da comunidade acadêmica é uma que contraria este Regimento e, discordando um  
399 pouco da Vivien, talvez este seja o melhor momento pra falar sobre isso, porque nós  
400 temos as entidades do campus reconhecendo como vitória do movimento, de um modo  
401 geral da comunidade, a votação da última Congregação, publicaram no jornal da APG,  
402 do DCE, existe um grande burburinho na internet sobre a nossa decisão aqui e ela está  
403 sendo extremamente prestigiada. Então, politicamente este é o melhor momento pra nós  
404 mantermos a nossa posição e defendermos a paridade nestes termos. Isso da visibilidade  
405 pra nossa opinião e mantém a discussão em curso. Se nós voltarmos atrás, não  
406 necessariamente isso vai acontecer. O que pode acontecer é que venha um refluxo  
407 grande de atividade política, uma ressaca pelo fato da gente ter voltado atrás, logo  
408 depois, por mais que não tenha sido nos termos que a Helena falou, o reitor veio impôs  
409 alguma coisa e nós acatamos, mesmo que não tenha sido assim, isso lá fora é visto desta  
410 forma. **Celso Palermo:** Eu só queria dizer uma coisa. Como num jogo de xadrez, pra você  
411 dar o xeque-mate existem várias estratégias, e talvez esta que o Zan propõe não seja a  
412 melhor para os funcionários e para os alunos. Talvez ela seja importante pra manter as  
413 coisas, numa perspectiva de um Congresso Estatuinte paritário que eu acho que não  
414 existem condições políticas para acontecer. A próxima Congregação tem uma  
415 composição mais conservadora, isso é público e notório. O próprio reitor tem uma postura  
416 mais conservadora, quando se processava a consulta pra reitoria se discutia quais eram  
417 as propostas. Não existe outro momento. Manter esta perspectiva do Congresso Estatuinte  
418 prejudica duas categorias, porque esta instituição não é democrática, ela não se pauta  
419 por isso, ela se pauta pela excelência, pelo iluminismo e vai ser difícil mudar isso. Só com  
420 mobilização que a gente consegue isso. Pelo menos pros funcionários o momento é esse.  
421 A gente tem que garantir que esta Congregação não volte atrás, porque isso só mantém  
422 o estado das coisas como elas estão, e apontar pra uma esperança, nós vamos continuar  
423 lutando. A gente pode até perder aqui, aqui ninguém é criança, todo mundo já tem sua  
424 posição mais ou menos definida, tem suas questões em jogo, as suas estratégias em jogo,  
425 não vai dar pra mudar isso, mas eu quero deixar claro que isso só favorece a manutenção  
426 das coisas. A condição que existe hoje é conservadora, no momento a estratégia seria o  
427 Instituto manter sua posição pra não ficar desacreditado mais uma vez porque perdeu o  
428 momento histórico de marcar uma posição mais democrática. Mais uma vez esta

429 Congregação está mantendo o estado das coisas, conservadora, autoritária,  
430 discriminatória e donos do saber. Se modificarmos nossa posição, não vamos ficar iludidos  
431 de que vai haver o Congresso Universitário. Eu participei de uma Assembléia Universitária  
432 justamente na época das eleições pra reitor, foi a única vez que a comunidade se reuniu  
433 aqui no restaurante universitário há vinte anos atrás, depois disso nunca mais se falou  
434 nesta história. Eu quero deixar minha posição de que se a gente mudar isso agora vamos  
435 estar mantendo as coisas como elas estão e a gente vai estar perdendo a oportunidade  
436 histórica de defender uma posição mais democrática, porque depois só vem  
437 conservadorismo e a coisa é capaz de piorar. A **Sra Presidente** propõe que se a consulta  
438 for encaminhada da maneira tradicional, que se encaminhe também um documento de  
439 reitere, que reforce a vontade política da Congregação de que as consultas sejam feitas  
440 paritariamente. Encaminhando para a votação, a deliberação será se a consulta deve  
441 ser paritária ou ponderada, que é o que o artigo 12 estabelece. **EM VOTAÇÃO:** favoráveis  
442 a 3/5, 1/5 e 1/5: 7 votos, favoráveis a 1/3, 1/3 e 1/3: 8 votos e duas abstenções. **APROVADA**  
443 a consulta paritária. A seguir, cumprida a pauta, a Sra. Presidente, agradecendo a  
444 presença de todos, declara encerrados os trabalhos, e eu, Vivien Helena de Souza Rui,  
445 secretária da Congregação do Instituto de Artes, lavrei a presente ata para ser submetida  
446 à aprovação da Congregação. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 24 de abril de  
447 2003.x.  
448